



# Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE MAIO DE 1.981.

ANO VI

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1.981.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Adalberto Daros e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Puliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/19, 20, 21, 22 e 23/81, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

145/80: do Senhor FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS ROTARIANAS — CASA DA AMIZADE DE FAXINAL, com sede e foro na Cidade de Faxinal, o qual convertido em Lei tomou o número 7.444. Anote-se. Arquite-se.

74/80: Do Senhor Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DE ADOLESCENTE — APA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 7.445.— Anote-se. Arquite-se.

85/80: Do Senhor Deputado GILBERTO AGIBERT FI-

LHO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRUDENTÓPOLIS, com sede e foro na Cidade de Prudentópolis, o qual convertido em lei tomou o número 7.446.—

Anote-se. Arquite-se.

153/80: Do Senhor Deputado CARLOS ZANLORENZI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 7.447.—

Anote-se. Arquite-se.

146/80: Do Senhor Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de utilidade pública a UNIÃO PARLAMENTAR INTERESTADUAL, com sede conforme específica, o qual convertido em lei tomou o número 7.448.—

Anote-se. Arquite-se.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, que seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, em regime de urgência, o Projeto de Resolução n.º 59/80, que denomina de Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA o Gabinete da 2a. Secretaria deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) RENATO LOURES BUENO.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 49/79 que cria o Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. AGUINELO TABORDA RIBEIRO, ocorrido em Quatro Barras, em data de ontem.

O extinto era pessoa de grande estima e com o seu passamento consternou aqueles que o conheciam, principalmente a Senhora Teodora Taborda Ribeiro com quem era casado.

Requer, ainda, que se dê conhecimento do presente à família enlutada à Rua Lino Jacomel, 42 - Atuba - Curitiba.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Bastos, ocorrido nesta Capital, em 25 de maio de 1.981.

O extinto era funcionário aposentado deste Poder Legislativo, onde exerceu funções de alta responsabilidade, ocupou a Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios do

Governo, na gestão do Excelentíssimo Senhor Secretário Dr. Joaquim dos Santos Filho, bem como outros cargos de destaque no Estado do Paraná.

Requer, ainda, se dê conhecimento a sua esposa, Senhora Dulce Vieira Bastos e demais membros da família enlutada, na Cidade de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido dia 22 de maio de 1981, na Cidade de Jandaia do Sul, do Sr. João Borim.

O extinto que contava com 87 anos de idade, deixa viúva a Senhora Maria Manfrim Borim e 7 (sete) filhos, todos radicados em Jandaia do Sul, onde militam no Magistério e no comércio.

O povo da cidade e de municípios vizinhos, reconhecendo as suas excepcionais qualidades, prestou ao ilustre desaparecido significativa homenagem, comparecendo em massa ao seu sepultamento.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata, um voto de regozijo pela passagem do 52.<sup>o</sup> (quingentésimo segundo) aniversário da Comarca de Santo Antônio da Platina, assim como solicita de Vossas Excelências que comuniquem às autoridades executivas, legislativas e judiciárias, daquela comarca.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao empresário FERNANDO GOMES e seus companheiros de Diretoria pela eleição para Presidência da ACIC - Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

Em todas as grandes conquistas de Cascavel estão sempre presentes os homens que compõem a Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Rubens Buchmann e seus companheiros de diretoria desempenharam um papel destacado na implantação do Distrito Industrial de Cascavel, além de várias outras conquistas.

O empresário Fernando Gomes, homem consagrado em Cascavel, pelo seu dinamismo, ao lado de seus companheiros de diretoria, dá-nos a certeza de uma profícua gestão à frente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à Federação das Indústrias do Estado do Paraná pela passagem do Dia da Indústria, hoje tradicionalmente comemorado em todo o País.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

#### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário seria tecer considerações a respeito da importância da atividade industrial no universo das atividades econômicas.

Sabidamente conhecida também, é a expressiva contribuição que o setor manufatureiro já empresta à economia paranaense.

Associando-nos às comemorações e homenagens que nesta semana são alvos os trabalhadores do ramo industrial encabeçadas pela Federação das Indústrias de nosso Estado, destacando as de cunho social benefícios aos filiados ao SESI e SENAI.

Apresentamos este voto de congratulações à força trabalhadora do ramo industrial de nosso Estado, na pessoa do empresário Altavir Zaniolo, que exemplarmente preside a Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas às formalidades regimentais, REQUER a inserção nos Anais da Casa, da nota oficial divulgada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Paraná, face à passagem - nesta data - do Dia Nacional do Trabalhador Rural, bem como para que seja registrado voto de solidariedade do aplauso pela histórica passagem, numa homenagem ao grande batalhador da causa do homem do campo, ex-Deputado Fernando Ferrari.

Requer-se remessa do resultado deste pedido à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná e à CONTAG, bem como às coordenadorias regionais da FETAEP.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.<sup>o</sup> - O Art. 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49, de 18/06/76, fica acrescido do seguinte inciso:

"Art. 39 . . . . .

XVIII - Defesa do Consumidor."

Art. 2.<sup>o</sup> - A Comissão de Defesa do Consumidor compete opinar sobre matérias atinentes à defesa do consumidor, bem como estimular e promover iniciativas com os setores da comunidade, visando o desempenho das suas atividades.

Art. 3.<sup>o</sup> - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 48/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA.

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE MATEMÁTICA, com sede

e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.981.

(a) NELSON BUFFARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria, tais como: personalidade jurídica; efetivo exercício da Sociedade; a não remuneração da Diretoria e relatório de suas atividades no exercício de 1980.

A Sociedade Paranaense de Matemática tem sua sede na sala n. 9.4, do Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná e tem por finalidade: promover atividades culturais com a realização de conferências, seminários e cursos de extensão sobre temas de matemática; publicação do periódico "ANUÁRIO DA SOCIEDADE PARANAENSE DE MATEMÁTICA", em cujos volumes aparecem artigos de pesquisa de matemáticos nacionais e estrangeiros; publicação do Boletim da Sociedade Paranaense de Matemática; promoção de "Olimpíadas de Matemática", com a participação de diversas cidades do interior do Estado.

A Sociedade conta ainda com uma biblioteca especializada, constituída de cerca de 2.000 volumes e mais de cem títulos de periódicos especializados.

A referida entidade tem sido de grande utilidade para os interessados em matemática, não só de Curitiba como de todo o território nacional, já que seu acervo consta do Catálogo do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

Face ao exposto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

Havendo declinado, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A ordem jurídica-institucional vigente neste País, tem convulcionado os alicerces da paz que a sociedade brasileira reclama, porque os preceitos que regem o seu destino trazem a contaminação dos vícios de ilegitimidade da autoridade da qual emanam, instalada no poder pela força e não pelo consenso dos cidadãos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, partindo desse pressuposto lógico, é que o PMDB, no preâmbulo do seu Manifesto, ousa afirmar e não é sem razão, que:

"A história do Brasil contemporâneo é uma crônica de autoritarismo e de injustiças sociais insuportáveis.

Mas é, também, a história do despertar de um povo, em meio a enganos e decepções, para uma exigência de cidadania, de igualdade e de justiça".

É incontroverso, Srs. Deputados, que a chamada Revolução de 1964 deixou as características sociológicas das revoluções, para se transformar num autêntico e ignominioso golpe de Estado, posto que violentou as instituições democráticas deste País e removeu a ordem jurídica democrática então existente, substituindo-a por normas que os insurretos impuseram à Nação pela força das armas.

E não é exagero dizer que a Nação, nesses longos 17 anos, viveu em ferros.

Desnecessário é rememorar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui, o tamanho e a crueldade das violências e quantos dela foram vítimas.

Uns, porque discordaram; outros porque eram suspeitos de discordância.

Não há dúvida de que tudo foi muito bem arquitetado, ao ponto de quase a Nação inteira se conscientizar da necessidade da deposição do Governo então constituído e da violação às instituições vigentes, como imprescindível para salvação nacional, pois o País, diziam, caminhava à passos de gigante para o abismo e aqui também o comunismo fincava os seus tentáculos.

As coisas, no entanto, vão ficando claras e a Nação recobra a sua consciência e já não acredita mais naqueles que afirmavam uma coisa e faziam outra e então começa a se levantar, porque já não há mais lugar para o engodo, valendo aqui lembrar as palavras do grande estadista americano Abrahão Lincoln:—

"Pode-se enganar todo o povo, parte do tempo; pode-se enganar parte do povo, por todo o tempo, mas não se pode enganar todo o povo, por todo tempo".

Não seria por certo necessário dizer que não estamos fazendo um simples exercício de memória, quando verberamos os maléficos do golpe de 1964, não fora os seus defensores que contrapõe o frágil argumento dos benefícios decorrentes do desenvolvimento do País nesse ciclo de exceção.

Isto porque ainda estamos vivendo e amargando os fatos que a história registra, eis que ainda continuamos privados dos mesmos direitos, senão pelo uso ostensivo da força bruta, mas já outras técnicas instrumentalizam para atingir idênticos objetivos.

Frustrados os brasileiros tiveram nesses 17 anos os direitos mais elementares de cidadãos, inclusive o de escolher livremente os seus governantes, face a instrumentos legislativos casuísticos, impostos a um Congresso castrado das suas prerrogativas de decidir livremente, onde uma maioria amorfa e dócil serve como órgão meramente homologatório; vem daí que os mais variados processos e instrumentos aparentemente legais servem de amparo aos que estão encastelados no poder para que violentem a consciência nacional e deles se utilizem para o continuismo.

O que repugna ainda mais a todo o cidadão consciente dos seus direitos e deveres perante a sociedade de que é membro, é que, existem aqueles que estão sempre prontos a engrossar o famoso cordão, como aí estão os que se dispõem a propor projetos de prorrogação de mandatos a ampliar colégio eleitoral, tudo arquitetado pelos donos do poder, com objetivos claros de solapar a vontade da Nação,

De par com a perpetração da violência contra as franquias democráticas, estabelecendo-se com isso o autoritarismo desbragado, impuseram à nação um modelo econômico contrário aos interesses nacionais, transformando este País no paraíso das multinacionais, com o comprometimento de muitos que ora servem a um, ora a outro, senão servindo à dois patrões, menos aos brasileiros.

A incompetência do Governo, explorada pela expertise de outros, resultou nessa ordem social injusta e desumana, pela violenta concentração de riquezas em mãos de poucos, uma inflação fora dos limites suportáveis e um endividamento externo até comprometedor da nossa soberania.

Então, para que se pudesse concordar com os argumentos daqueles que pretendem creditar ao golpe de 1964, benefícios dele advindos à Nação, se imporia como necessário que a somatória não oferecesse pontos capitais negativos, porque, o que realmente se pode considerar como positivos, não dizem

com as prioridades dos interesses nacionais.

Seguindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este corolário de raciocínio, não me arreceio em dizer que coube ao MDB, hoje PMDB, a grande e histórica missão, por seus lídimos representantes, de despertar esta Nação para a grandeza de sua causa, ainda que tivesse pago alto preço por sua ousadia, que foi desde o cárcere, banimento e cassação de direitos, até a morte das suas lideranças mais expressivas.

Nesta luta sacrossanta, posto que libertária, se ajustaram os mais expressivos segmentos da sociedade civil, como a OAB, as sociedades que se ergueram nos bairros das cidades, até o clero, formando a grande força humana que arrostando o poder dominante e até das armas, começa a exigir e afinal remover alguns instrumentos anti-lei para substituí-los por leis mais ou menos expressas na vontade popular.

Quando então, começa a despontar quase que num horizonte distante uma perspectiva da prometida abertura democrática, como fruto da conquista popular, eis que os setores radicais de um poder paralelo tira a cabeça de fora para cercar a caminhada.

Quando a voz da Oposição se levanta para denunciar a violência que ameaça a sociedade civil, como os atentados que vêm ocorrendo e que já vão para mais de cem, com claras evidências de sua autoria, como aí está o nefasto atentado do Rio Centro, que por felicidade não fez grande número de vítimas inocentes, ficam os verdadeiros democratas que querem o bem deste País com a pecha de intolerantes, afoitos e até de agitadores, porque não desejam condescender com a impunidade e exigem um esclarecimento das autoridades responsáveis pela ordem e segurança da Nação.

Sabemos nós que um IPM instalou-se para apurar os fatos. Mas, o que queremos dizer que somente isto não basta, pois é apurar os fatos e punir os responsáveis, conhecidos cuja evidência até dispensa provas.

Por outro lado, a nossa impaciência, se traduz na justa apreensão que temos de que, mais uma vez, a ação execrável desses que estão aí sacrificando vidas, soltando bombas a serviço de não sei quem, fiquem na impunidade, como parecem estar a demonstrar as primeiras reações na defesa do capitão e do sargento, membros do DOI-CODI, justamente por quem competia apurar os fatos e estabelecer a responsabilidade desses dois elementos e outros possíveis, envolvidos no evento.

E aí a nossa descrença, que não é só nossa, homens de oposição, mas que se espalha nos demais segmentos representativos da sociedade civil, como a O.A.B., e até o próprio clero pela CNBB, todos insistindo com intransigência para que essa ofensa à sociedade seja esclarecida com seriedade, como é do seu direito exigir das autoridades a quem está confiada a missão de manter a ordem e a tranqüilidade da Nação.

Quando aqui verberamos o silêncio do Sr. Ney Braga, num momento em que o povo do Paraná precisa conhecer o seu pensamento com respeito a esse fato que abalou os alicerces da tranqüilidade, mais em razão da condição dos envolvidos, foi exatamente porque gostaríamos de saber se realmente a sua vocação é democrata, como se proclama, mas que para nós ainda está numa incógnita. Ser democrata não é disputar eleição, simplesmente.

É, acima de tudo, não pactuar com ditadores, com os usurpadores do poder, como esses que se assenhorearam do poder neste País e ficam passando-o de mão em mão, como se fosse uma fazenda e nós, suas bestas.

Temos consciência de que estamos lutando por uma sociedade civil, justa e igualitária. Nós, do PMDB, queremos reafirmar o nosso compromisso com o povo, de sermos intransigentes na defesa de princípios que conduzam este País aos caminhos de uma verdadeira democracia. Que se estabeleça Governos de consenso, não impostos pela força e que ainda,

acintosamente, esses mesmos estejam a se proclamar democratas. O homem democrata, com sentimentos e convicções sinceras, encara todos os demais membros da mesma comunidade social, com iguais direitos e obrigações fundamentais.

Mas isto não está acontecendo neste País, pois uns se arrogam mais direito que os outros e quando se fala contra os que querem sepultar ideais democráticos, ainda se recebe ameaças veladas, com a advertência de que o nosso protesto contra as violências que se cometem possam levar este País ao desencadeamento de um radicalismo daqueles que detêm o poder e irem por terra os resquícios de liberdade de que gozamos. Isto não nos surpreende nem nos assusta, pois sabemos que é o processo que sempre foi usado por aqueles que encastelaram no Planalto, há 17 anos, donde serão apiados pela vontade popular.

Não faz muito o Sr. João Baptista Figueiredo reclamava ter estendido a mão às Oposições, sem obter resposta.

Pois bem, agora, quando a Oposição lhe estende a mão para que não lhe faltasse essa parcela da sociedade que entendia indispensável para estabilidade da sua autoridade, recebe um lacônico agradecimento que nem seu foi, mas de seu assessor, como o que dispensando, até porque já dispunha do necessário apoio das Forças Armadas.

Realmente, não queremos desconhecer que esse apoio é imprescindível, mas o apoio que se lhe oferecia viria se somar como um respaldo até moral e já por ele próprio reclamado.

O PMDB tem a consciência de estar cumprindo o seu dever, e assim, resgatando com os seus compromissos com o povo ao assumir essa intrangigência, exigindo que os atentados, especialmente do Rio Centro, sejam esclarecidos, tanto mais pelo envolvimento de duas figuras que, com seu gesto, vieram comprometer a nossa instituição militar que desejamos preservar.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo com preocupação os momentos que vivemos, e por isso entendo que a classe política não pode silenciar para não ser culpada, amanhã, perante a história, de omissa e covarde.

**O Sr. Renato Bernardi** – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estou ouvindo com atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, e só lamento que também um assunto dessa envergadura não tenha uma Casa um pouco mais cheia e mais interessada, para um tipo de debate desses, eis que está em jogo a grande questão nacional, a destinação nacional desviada a partir do golpe de 64, e justificada tantas e tantas vezes por aqueles que constituem essa elite privilegiada ou que, engajados a ela, seja no plano cultural, seja econômico, seja financeiro, da subserviência, quem sabe, procuram defender exatamente o golpismo de 64, em cima de hipotéticos e prováveis benefícios materiais, advindo do rigorismo e de outras “cositas” mais, implantados a partir desta quartelada.

Ocorre, Deputado, que Idi Amim Dada, em Uganda, também usava nas suas horas de lazer, brincar com um computador de última geração; ocorre que aqueles potentados do Oriente Médio, também usam brincar com trenzinhos elétricos, como a ditadura hoje, usou brincar de Ponte Rio-Niterói, de Transamazônica.

E a insensibilidade da classe política, na sustentação e no apoio aos desmandos jurídicos institucionais, sociais, econômicos e políticos de todas essas mazelas acumuladas durante 17 anos, vêm mostrar claramente um profundo divórcio entre essa elite dominante e as necessidades fundamentais da Nação brasileira.

Somos milhões de brasileiros à margem do processo social, à margem do processo econômico e, conseqüentemente, sem qualquer vez, sem qualquer voz, sem qualquer tipo de participação do processo político.

E isto aí vai caminhando em passos acelerados, e não será um outro trunfo de ordem material que pode justificar tamanha ignomínia jogada às costas da Nação.

Veja Vossa Excelência, que Adolf Hitler, na década de 30, fez da Alemanha, em questão de seis ou sete anos, uma das grandes potências mundiais, tirando-a do caos provocado pelo Tratado de Versalhes, e pela Grande Guerra de 14 a 18.

Entretanto, a História não justificada em nada, qualquer coisa feita pelo hitlerismo em cima de um provável, de um hipotético progresso de ordem material.

Vossa Excelência aborda com seriedade, com muita propriedade o problema da grande crise nacional, que só poderá ser resolvida na hora em que, realmente a estrutura do poder político dominante, que nada mais é do que os grupos monopolísticos e associados a um grupo militarista, altamente comprometido na sua estrutura e na sua essência, na manutenção desses privilégios.

É preciso que essa minoria se conscientize do prejuízo que está causando à Nação brasileira, e ouça os reclamos de toda a sociedade civil que luta, deseja e prega, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, não como uma panacéia de todos os males nossos, mas como o marco inicial de um novo ordenamento jurídico que há, finalmente, de colocar a Nação sob o controle do seu povo, que é seu único dono.

Muito obrigado, e parabéns por Vossa Excelência vir discutir, neste Parlamento, um assunto tão momentoso como é a grande crise nacional.

O SR. LINEU TURRA — Obrigado, nobre Deputado.

É com muito prazer que incorporo ao meu modesto pronunciamento, o brilhante aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo pela brilhantíssima peça que traz a esta Casa, nesta tarde.

Destaco exatamente a parte que Vossa Excelência mostra o ceticismo de toda a classe política, quanto a realização ou não, das eleições em 1982.

Veja Vossa Excelência, que País é este, que democracia é esta, onde um golpe militar dado em 64 mascarado como uma suposta democracia, a 18 meses de um pleito eleitoral, com todo o mundo apreensivo, não sabendo como serão as regras do jogo.

Será que teremos ou não, sublegendas para governadores?

Haverá proibição de coligação entre os Partidos?

Será que os mandatos dos Deputados, Senadores, serão prorrogados?

Por último se indaga: será que haverá eleição em 1982?

Porque não se admite, nobre Deputado, que num processo democrático, se coloque em dúvidas a realização das eleições. E não se admite também, que há 18 meses do pleito, não saibamos ainda quais serão as regras do jogo que vai definir os rumos dessas eleições.

Isso nos leva a crer que esta Revolução faliu em seus objetivos. Colocou para a Nação brasileira a bandeira do anti-comunismo, a bandeira de que se iria restaurar a plena democracia.

Mas, 17 anos se passaram e a incerteza tomou conta dos quatro cantos da Nação brasileira.

Esses são os homens que tomaram a Nação para si e levam ao descrédito toda a classe política.

Então, parabênz Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, colocando a sua posição clara e cristalina, mostrando a falência do regime instalado em 64, que tem medo de eleições e fica aí tentando tirar do bolso do colete, fórmulas miraculosas para tentar se perpetuar no Poder.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. LINEU TURRA — Eu é que agradeço, Deputado Darcy Deitos, o aparte de Vossa Excelência, com o qual muito me honra, e também quero incorporá-lo ao meu modesto pronunciamento desta tarde.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento) :

Deputado Lineu Turra, queremos saudá-lo nesse seu pronunciamento na segunda-feira, e aproveitar essa oportunidade para destacar que essa luta continua contra o terrorismo, especialmente, nós que entendemos que os democratas não podem se omitir, em hipótese alguma, em nenhum instante, neste momento extremamente difícil.

E também já nesse instante, aproveitar para deixar aqui até um convite, a todos os Deputados, independente de Partido, para uma manifestação de um conjunto de entidades democráticas está convidando para protestar contra a ação terrorista e contra a impunidade dos autores de mais de cem atentados que, exatamente, se realizará amanhã no centro de Curitiba, às dezoito horas.

A convocação podemos fazê-la, porque o PMDB subcreve este convite e participa ativamente desta concentração.

Ainda mais quando nem bem a Nação, sacudida, espera ansiosa que a responsabilidade ocorra no atentado do Rio Centro, como dos demais, ainda hoje explodiu nova bomba na sede do jornal "Tribuna da Vitória", no Espírito Santo, numa demonstração de que a escalada terrorista está em franca ascensão, exatamente sob o estímulo da impunidade.

Por esta razão que seu pronunciamento, sincero e com muito clareza, também sacode com os democratas sonolentos, como temos dito, que nesta hora têm procurado o manto da omissão, da covardia, quando sabemos que estes atos que entendemos ser de direita, procuram desestabilizar a pequena abertura que o povo conquistou; é óbvio que se não tivermos esta atitude, este comportamento, esta pressão, esta união de conjunto da sociedade, das entidades democráticas do Brasil, por certo crescerá ainda mais esta escalada de violências, de ameaças, de atentados que têm um sentido muito claro: atingir toda a sociedade brasileira, todos aqueles que querem liberdade, dignidade humana, direitos humanos respeitados, que querem efetivamente uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Por esta razão, cumprimento-o pelo seu pronunciamento, que também é uma cobrança, um posicionamento e, acima de tudo, um ato de coragem, quando tantos se acovardam.

Parabéns, e tomara possamos, com todo o esvaziamento deste plenário e do Poder Legislativo, sentir que todos os instantes, assim mesmo, devemos colocar as questões, porque é uma sementeira e é possível que, mesmo a semente da justiça, da liberdade, possa, caindo em corações que não admitem este encontro da Nação consigo mesma, possam ao menos respeitar aqueles democratas que ousam exigir respeito aos verdadeiros princípios que a Nação tanto ama.

Parabéns pela sua posição.

O SR. LINEU TURRA — Muito obrigado, meu ilustre Líder, Deputado Nelson Friedrich. . .

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Comunico ao nobre Deputado que resta um minuto para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. LINEU TURRA — . . . pelo seu aparte brilhante, como sempre, que incorporo ao meu modesto pronunciamento, com muita satisfação.

Para terminar, quero dizer que vejo com preocupação os momentos em que vivemos. Por isto, entendo que a classe política não pode silenciar para não ser culpada amanhã perante a História, da sua omissão e covardia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, o Deputado que está na tribuna utilizará cinco minutos, e os demais, nós utilizaremos neste dia.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, só nestes cinco minutos ocupamos em nome de nossa bancada, o PMDB, na tribuna, para um pronunciamento com respeito ao movimento em Curitiba, da população, especialmente da periferia da cidade, sobre uma campanha visando o congelamento das tarifas de ônibus e a estatização.

Dizíamos para iniciar, Sr. Presidente, que a população de Curitiba está mobilizada há seis dias, para reivindicar, e por que não exigir, que os interesses do capital não se voltem tão abusivamente sobre um serviço essencial.

Há seis dias, centenas de pessoas, organizadas em grupos, amanhecem nos terminais da Capital paranaense, para realizar uma tarefa que interessa a todos: obter assinaturas para um protesto, que visa o congelamento das tarifas e estatização dos transportes coletivos.

Cerca de 40 entidades, entre sindicatos, associações profissionais, partidos políticos de oposição, entidades estudantis, independente de suas convicções políticas, estão unidas para colocar em prática esta tarefa. Um cansativo trabalho de percorrer repartições públicas, escolas, terminais, ruas, bater de casa em casa, e não apenas solicitar uma assinatura, mas despertar em cada um a necessidade de participação para exigir respeito a seus direitos inalienáveis, entre eles, o usufruto de um serviço público eficiente, principalmente porque explorado por empresas privadas que visam lucros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É animador verificar que, na apatia dos brasileiros, se esconde uma semente. Os meios de comunicação, especialmente a televisão, nestes anos de duvidosa democracia, têm cumprido fielmente seu dever a serviço do regime: quando se trata de mostrar movimentos populares, os caracteriza como espontâneos. Quando de caráter orgânico, nusca bo seu seio ad inevitáveis contradições, porque poucos estão, na realidade, embasados em teorias científicas revolucionárias.

Esse desserviço às causas populares, não consegue, entretanto, esmagar no seio da sociedade os resquícios de dignidade.

Por isto, quando o trabalhador salário-mínimo, ao verificar, no seu dia a dia, estar matando a família de fome, não se nega a atender uma solicitação de entidades organizadas, para um fim comum.

Assim, Srs. não nos espantamos quando sabemos que em apenas três dias de mobilização, as entidades unidas na CAMPANHA PELO CONGELAMENTO DAS TARIFAS DE ÔNIBUS E ESTATIZAÇÃO, mais de 10 mil assinaturas foram assentadas. Hoje, estes números triplicaram.

Nos animamos ao imaginar, baseados em conceitos primários de semiologia sobre o efeito multiplicador da mensagem, que milhares de curitibanos estão hoje discutindo o transporte coletivo da Capital.

Não estaremos mentindo, se afirmarmos que nos bares da Capital, este é o assunto. Nas escolas, onde as listas de assinaturas se multiplicam apesar das pressões das diretorias, cresce o entusiasmo. É muito bom constatar que a semente do inconformismo continua viva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cometeu-se um grande erro de interpretação, durante a greve dos peões da construção civil de Curitiba em 1979, ao se afirmar que o movimento, que tomava as ruas, surgia do nada.

E mais uma vez estaremos errando se nos meandramos por estes caminhos de interpretação.

Os curitibanos, depois de anos adormecidos sob o peso da ditadura, do regime do medo, reiniciam suas manifestações. Acontecimentos isolados são registrados quase semanalmente na capital.

Um choque entre a população e motoristas de ônibus na Praça Rui Barbosa, foi habilmente abafado há poucos dias. Ainda não se vê a tão freqüente cena dos anos 60, quando o povo protestava virando ônibus, rejeitando aumentos tarifários, ou destruindo simplesmente, estes lotações. Em centros maiores, onde a luta política se dá de forma mais organizada, estas cenas estão vivas. E têm trazido consigo todos os efeitos positivos e negativos das explosões populares.

Em Curitiba, hoje habitada na periferia pela população humilde expulsa do interior, acostumada ao regime de serviço, começam a rebrotar e disseminar os germes da contestação. E não é espontaneísmo também. Um trabalho organizado, ainda que ineficiente, trata de levantar os ânimos. O mote é abundante, claro e preciso. A população periférica que não usufruir da política claramente classista da administração municipal, paga caro pela condição de explorado.

Em menos de um mês, coincidindo com a época do amargor do anúncio do novo salário mínimo da fome, três vezes abaixo do seu valor real, o curitibano sofreu dois baques.

Estávamos no começo de maio, quando entrou em vigor a nova tarifa da Capital. De 11,00 para 13,00. Dia primeiro de junho, outro aumento entrará em vigor. As tarifas dos ônibus municipais custarão 18,50. Em dezembro, é possível que chegue a 30,00.

Baseados em que os responsáveis pelo estudo das modificações tarifárias realizam tais aumentos?

Senhores, não é novidade que os serviços públicos aparecem nos índices do custo de vida como um dos principais algozes do povo. Em Curitiba, o mascaramento da política urbana classista que se pratica, não consegue, pelos seus gritantes traços, esconder seus efeitos.

Esta campanha pelo congelamento das tarifas e estatização do transporte coletivo, pela participação que consegue, mesmo com a escassa divulgação pelos meios de comunicação, prova que nenhuma mecânica, por mais sofisticada, adormece a sociedade por muito tempo.

O trabalho de coleta de assinaturas tem suas fileiras engrossadas a cada momento. A vitória da campanha entretanto, terá que sofrer duas análises. A do imediatismo dos resultados, com o congelamento das tarifas, como uma vitória pela mobilização.

Entretanto, a conscientização da população através do despertar para seus direitos na vida na cidade, uma tarefa que exige muito mais fôlego porque necessário é mantê-lo por longo tempo, envolve o trabalho de base. Este o duradouro.

Para ambas missões, o PMDB se engaja. Dá seu apoio e garante sua participação.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LINEU TURRA — Acontece que meu tempo é curtíssimo, pois tenho só cinco minutos, e se concedê-lo a Vossa Excelência, vou privar aqui...

O Sr. Erondy Silvério — Só gostaria que Vossa Excelência explicasse de onde partem as pressões para o povo não assinar um abaixo-assinado que pede que não haja majoração dos transportes. Qualquer um assina; eu até assino. Quem é que não gosta de ter seu orçamento elevado e aumentado? Agora, a pressão de que Vossa Excelência fala, de onde parte? É isso que eu gostaria de saber.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)



É possível informar que até participamos de reuniões, ouvimos palavras textuais de pessoas, pais de alunos e até ligados ao ensino, de que em algumas escolas municipais estava se impedindo a passagem desse abaixo-assinado, com o objetivo de que, tanto os pais, como professores e até alunos, soubessem da pretensão e do objetivo desse abaixo-assinado.

Isso foi testemunhado numa reunião . . .

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência tinha me concedido um aparte e o Líder do seu partido o cortou.

É exatamente uma afirmação contra a outra. É só dizer: Olha, tem uma pressão; Conversa, papo mole. Ninguém está fazendo pressão contra ninguém.

O SR. LINEU TURRA — Exatamente a resposta que eu ia dar a Vossa Excelência, o nobre Líder, com muito respeito, o deu.

Pelo menos estamos aqui, nobre Deputado Erondy Silvério, como Vossa Excelência o faz muitas vezes, naturalmente no cumprimento do seu mandato, testemunhando um fato, e fazendo um registro sobre aquilo que nós constatamos no seio da sociedade. E Vossa Excelência tem o mesmo direito de fazer isto.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está esgotado o tempo de cinco minutos que a Liderança deu a Vossa Excelência.

O SR. LINEU TURRA — Pois não, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Com a palavra, o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O objetivo é tão somente registrar nesta data, a comemoração do Dia Nacional do Trabalhador Rural.

E, quando o dia nacionalmente consagrado ao trabalhador rural, vemos que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, fazer uma nota incisiva quanto à problemática que aflige especialmente o homem ligado à terra, de poucas áreas, ou mesmo, o homem sem terra.

Diz a nota: “. . . que as entidades lembram aos seus associados, parceiros arrendatários, pequenos proprietários, assalariados e bóias-frias, que eles são os responsáveis pela produção agrícola do Brasil.

Mas, ao mesmo tempo, condenam as disparidades existentes entre o campo e a cidade, dentre as quais os assalariados que, não recebendo nem o salário-mínimo, os bóias-frias trabalhando menos de quinze dias por mês, sem nenhuma garantia para o futuro, e o pequeno produtor sem um preço justo para seu produto, porque a política agrícola do Governo está voltada aos interesses dos grandes grupos.

E a solução de todos os nossos problemas está no cumprimento do Estatuto da Terra, que manda executar a reforma agrária, dando terra para quem nela trabalha, alterando a estrutura fundiária do País e implantando uma política agrícola que defenda e valorize o pequeno produtor”.

E faz essa nota subscrita pelos Sindicatos e Federação dos Trabalhadores da Agricultura, uma conclamação final: “Conclamamos a todos os companheiros para uma luta sem trégua pela reforma agrária, por um modelo agrícola que atenda aos interesses dos pequenos produtores, e por um salário justo que satisfaça as necessidades das famílias dos assalariados.

Curitiba, 25 de maio de 1981, Dia Nacional do Trabalhador Rural”.

Sr. Presidente, no segundo aspecto desta nossa intercessão rápida, é que exatamente o pequeno produtor rural como homem sem terra, são, entre outras, as grandes vítimas do sistema que se implantou no País, de maneira mais aguda, a

partir de 64.

Não há dúvida alguma que a questão do trabalhador rural está ligada, com muita clareza, aos problemas sociais do nosso Estado.

Em 1970, o Paraná possuía 554.488 propriedades rurais; em 1978, passou para 395.650 propriedades rurais. Logo, há um decréscimo de 158.848 propriedades, em oito anos.

E o que se fez?

O que se está fazendo e quais são os objetivos do atual governo, quer na esfera estadual como federal, para minimizar essa grave problemática do esvaziamento do campo, colocando como principais deserdados, marginalizados, exatamente os pequenos produtores rurais, arrendatários, parceiros e bóias frias.

E o resultado se reflete em tudo, Sr. Presidente: 174 municípios do Paraná tiveram, conforme censo de 1980, uma população reduzida.

É óbvio, é claro, que os dados são mais objetivos ainda, quando em 1975, 72,4 por cento de proprietários de até 20 hectares, detinham 18 por cento da área total do Estado, e produziram 32 por cento da produção total agro-pecuária.

E, já em 1975, os sete por cento de proprietários de mais de 500 hectares, detinham 30,8 por cento do total das terras, mas produziam tão somente 17,8 por cento do total das safras.

É o atestado de viabilidade das pequenas propriedades, da importância desse sistema agrário, agrícola e agrônômico em nosso País, dada principalmente a situação agro-industrial em que vive a Nação, e hoje, a decadência dos sistemas industriais sofisticados, principalmente num país de abundância de terras e ainda abundância maior de mão-de-obra.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, neste dia, Vossa Excelência deixa registrada na Casa a posição do PMDB com relação à crítica situação porque passa a agricultura paranaense e também os trabalhadores rurais.

E, ouvindo Vossa Excelência, recordei-me de um artigo que li, há poucos dias, a respeito da Encíclica “Rerum Novarum”, do Papa Leão XII, quando, há 90 anos atrás, quando da sua edição, Sua Santidade já se preocupava com todos os problemas fundiários do Ocidente, dizendo, inclusive, que a injusta distribuição de terras era um dos fatores geradores dos problemas sociais em todo o mundo.

E nós, aqui no Paraná, temos um Estado que já foi o primeiro produtor de café, hoje é o terceiro, devemos esta situação caótica, triste, desalentadora porque passa o Estado do Paraná, a essa nefasta política agrícola cafeeira imposta neste País a partir de 1964.

É também este aspecto um dos fatores da saída do homem do campo para as grandes capitais.

Vossa Excelência está de parabéns.

Cumprimento-o por registrar, nesta oportunidade, este momento difícil porque passam os trabalhadores rurais e a cafeicultura brasileira.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte que veio engrandecer nosso pronunciamento.

E o último aspecto que queríamos levantar aqui hoje: exatamente o Dia do Trabalhador Rural também é uma homenagem a um homem público que se dedicou com muito afinco, uma das maiores expressões da História do Brasil, em torno da questão agrícola, agrária, e a legislação desses setores.

Trata-se exatamente de Fernando Ferrari, este dia é o de seu desaparecimento. Por isso, em sua homenagem, se instituiu o Dia Nacional do Trabalhador Rural em 25 de maio.

E digo só para concluir, que o atual Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4214, de 02 de março de 1963, foi o resultado de, pelo menos, quatro projetos de Fernando Ferrari, com vitórias e derrotas, após uma luta sem tréguas e sem quartel, contra a reação conservadora ferrada, de manter a sua estrutura feudal, nos campos brasileiros.

E, graças ao trabalho deste brasileiro, é que o trabalhador do campo recebeu alguns dos benefícios que tem hoje, como auxílio-funeral, auxílio-doença, e tantos outros. Ao contrário dos que muito imaginam que foi obra da Revolução de 64, não foi não, Sr. Presidente, foi deste verdadeiro homem, líder do campo, que em 63 aprovava o Estatuto do Trabalhador Rural.

E mais oito anos se passaram, para que este Poder que se implantou no País, aplicasse pela vez primeira, as leis aprovadas em 63.

E esta é a homenagem que fazemos ao Dia do Trabalhador Rural e àquele que, em sua homenagem teve essa data, o grande líder das lutas camponesas, da legislação agrária, o ex-Deputado Fernando Ferrari.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 131/80, que doa ao Município de Primeiro de Maio, o terreno que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE LEI Nº 131/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica doado ao Município de Primeiro de Maio, o lote de terreno com a área de 882m<sup>2</sup> (Oitocentos e oitenta e dois metros quadrados), constante da data nº 104 (cento e quatro), situada na sede do referido município, com as seguintes divisas e confrontações: por um lado, em 21 metros com a Rua Onze; de outro lado em 42 metros com João Batista Pereira; por outro lado, em 21 metros com os vendedores, e finalmente, por outro lado, em 42 metros com a data nº 112.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 23/81, que declara de utilidade pública o “Núcleo Social Evangélico de Londrina — NUSELON”, com sede na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE LEI Nº 23/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o NÚCLEO SOCIAL EVANGÉLICO DE LONDRINA — NUSELON, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aguinaldo Taborda Ribeiro, ocorrido em Quatro Barras. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 52.º aniversário da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Bastos, funcionário aposentado deste Poder Legislativo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Borim, ocorrido na cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 49/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 59/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação) :

7 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 19/81.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 08, 09 e 10/81.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 189/81**

exonerar Nanci Terezinha Kotelak, matrícula nº 029, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 28 de abril de 1981.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 190/81**

prover, Rubens Boch Maia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 192/81**

designar Luiz Fernando de Oliveira, matrícula nº 398, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção da Ordem do Dia do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 10 de abril de 1981.

(Protoc. nº 2614).

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 193/81**

designar Ayrtton Alves Aranha, matrícula nº 413, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão do Terminal Prodasen, do Centro de Processamento de Dados e Serviço de Telex, a partir de 30 de abril de 1981, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 2928).

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 194/81**

autorizar Lucy Pinheiro Lacerda, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Serviço de Biblioteca, no período compreendido entre 1º de março a 31 de dezembro de 1981, respeitando o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 82/81.

(Protoc. nº 1918).

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 195/81**

autorizar Carlos Melara Filho, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, no período compreendido entre 19 de março a 31 de

dezembro de 1981, respeitando o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 82/81.

(Protoc. nº 3030).

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 196/81**

autorizar Ivonete Ruth de Lima, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Ezequias Losso, até 31 de dezembro de 1981, respeitando o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 82/81.

(Protoc. nº 2947).

Palácio "XIX de Dezembro", em 11/05/81

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 197/81**

revogar o item II do Decreto Legislativo nº 416/79, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle de Dotações, do Departamento de Finanças, o funcionário Miguel Jorge Nassar Neto, matrícula nº 465, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 198/81**

I — revogar o Decreto Legislativo nº 229/80, na parte que se refere ao funcionário Mário Henrique da Cruz, matrícula nº 148, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer o cargo de Coordenador Legislativo, do Departamento Legislativo, a partir de 12 de maio de 1981.

II — revogar o Decreto Legislativo nº 276/80, na parte que se refere ao funcionário Raimundo Carlos Capela Pioli, matrícula nº 320, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer o cargo de Chefe da Coordenadoria de Assessoramento Técnico, do Departamento Administrativo, a partir de 30 de abril de 1981.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 199/81**

prover José Ary Nassiff, matrícula nº 272, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Legislativo, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 200/81

prover, LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula nº 161, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no cargo em Comissão, Símbolo DAS-5, de Coordenador da Imprensa, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12/05/81

DECRETO LEGISLATIVO Nº 201/81

exonerar MARLY MIRANDA ZAMPIER, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Wilson Fortes, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 300/78, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 2983).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 202/81

I — prover MARIA DE LURDES TONI FORTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Wilson Fortes; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 2983).

Palácio "XIX de Dezembro", em 13/05/81

DECRETO LEGISLATIVO Nº 203/81

prover EMILIO MAURO BARBOSA, matrícula nº 310, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, Símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço de Informação Econômica, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "XIX de Dezembro", em 14/05/81

DECRETO LEGISLATIVO Nº 204/81

autorizar RONALDO CATARINO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da 1ª Secretaria, no período compreendido entre 1º de março a 31 de dezembro de 1981, respeitando o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 82/81

(Protoc. nº 3337).

Palácio "XIX de Dezembro", em 25/05/81

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atas das Comissões.

COMISSÃO PLURIPARTIDÁRIA QUE

ACOMPANHARÁ O DESENVOLVIMENTO DAS  
NEGOCIAÇÕES ENVOLVENDO A DIREÇÃO  
DA USINA DE ITAIPU E PROPRIETÁRIO  
DAS TERRAS A SEREM DESAPROPRIADAS  
9ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e um, no Pequeno Auditório do Poder Legislativo, às dezesseis horas, sob a Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, reuniu-se a Comissão Pluripartidária para estudar as negociações envolvendo a direção da Usina de Itaipu e proprietários das terras a serem desapropriadas, com a presença dos Srs. Deputados: Gernote Kirinus, Edilson Alencar, Werner Wanderer e Nilton Friedrich. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Prosseguindo, o Sr. Presidente comunica a presença dos colonos representantes dos proprietários das terras da região de Itaipu, bem como a presença do Sr. Joaquim Severino, Diretor do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná — ITC, e do Sr. Eugênio Stefanello, representante do Secretário da Agricultura do Paraná. Diz o Sr. Presidente que a presente convocação da Comissão é para ser ouvido o Sr. Joaquim Severino, no que diz respeito a levantamento realizado pelo ITC junto às terras de Itaipu. Solicita a palavra o Deputado Gernote Kirinus, para indagar da Comissão se o telex e ofícios, aprovados na reunião anterior, foram encaminhados. O Sr. Presidente responde que sim e passa a palavra ao Sr. Joaquim Severino que teceu comentários sobre pronunciamento feito anteriormente a respeito do trabalho realizado pelo ITC, no tocante ao preço real das terras, pois verifica-se que, a medida que se vai expropriando e diminuindo o número de expropriados, a terra fica com valor mais elevado. Assim é necessário garantir aos expropriados, terras na própria região do Estado, disponível a preços competitivos. As áreas sugeridas, para compra seriam daquelas da União, do Poder Público, disponível na região, como as de Monungava em Jaguariaíva, com 25 mil alqueires, e as de Arapoti com nove mil alqueires, porém as de Morungava já estão tomadas, tendo apenas as de Arapoti, onde, num levantamento feito, é possível acomodar trezentas e sessenta famílias. O projeto Arapoti, está com o levantamento geodésico, loteamento e topografia, concluídos, esperando tão somente uma definição do órgão da União, responsável pela área, que nos dê a opção para prosseguimento em busca da ocupação da área pelos colonos da área de Itaipu. A sua vinda à Comissão é para sensibilizar os homens públicos, pois a área descrita, em poder da União, não foi liberada, e soube-se que a Coordenadoria da União irá fazer um novo levantamento da área, aquilo que

o ITC já fez e está pronto. O Deputado Gernote Kirinus, sugere a ida à Brasília para gestionar junto ao Patrimônio da União a liberação da área já descrita. O Deputado Nilton Friedrich, com a palavra, sugere que primeiramente seja ouvido o Governo do Estado e o Secretário da Agricultura, para, em Brasília, gestionarem junto ao General Costa Cavalcanti. Posta em votação foi aprovada, sendo marcada para o dia seguinte a reunião junto ao Governo. Ficou estabelecido que as notas taquigráficas farão parte integrante da presente reunião. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros e por mim, Secretário.

(aa) TÉRCIO ALBUQUERQUE — Presidente  
Luiz D. Ferreira — Secretário

COMISSÃO PLURIPARTIDÁRIA QUE  
ACOMPANHARÁ O DESENVOLVIMENTO DAS  
NEGOCIAÇÕES ENVOLVENDO A DIREÇÃO  
DA USINA DE ITAIPU E PROPRIETÁRIO  
DAS TERRAS A SEREM DESAPROPRIADAS

Aos vinte e nove dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões, às dezessete horas e quinze minutos, sob a Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, reuniu-se a Comissão Pluripartidária, para estudar as negociações envolvendo a direção da Usina de Itaipu e proprietários das terras a serem desapropriadas, com a presença dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Gernote Kirinus, Werner Wanderer, Fuad Nacli e Nilton Friedrich. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Prosseguindo, o Sr. Presidente comunica a presença do Sr. Inácio Donelli, Diretor-Presidente da COTREFAL, dizendo que o mesmo veio em razão do Ofício número 03/81, desta Comissão. Usando da palavra, o Sr. Inácio Donelli, diz que a correspondência enviada por esta Comissão, solicitando que colocassem áreas de terras de propriedade da COTREFAL para a relocação dos indenizados de Itaipu, é um negócio que a Cooperativa Agrícola não faz, porém, possuem na localidade Toledo, 477 alqueires e na de Mal. Cândido Rondon, mais precisamente em Porto Mendes, 355 alqueires. Estas áreas foram adquiridas da massa falida da OLEOLAR para a construção de uma indústria nova de 600 toneladas/dia; em razão pela qual foram obrigados a solicitar um empréstimo junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, sendo liberado este empréstimo, poderão fazer o reassentamento dos expropriados de Itaipu, ligados e associados à Cooperativa. Caso não venha o empréstimo, terão que vender a área e para

isto aguardarão melhores preços pelas terras. Solicitou da Comissão que interferisse junto ao BNCC no sentido de apressar o empréstimo solicitado. Posto em votação, foi aprovado. Como nada mais tinha a declarar, o Sr. Donelli foi dispensado. Prosseguindo, usou da palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, pedindo que esta Comissão encaminhe ao Secretário da Agricultura, ao Escritório da Itaipu Binacional de Curitiba e aos colonos da região, um ofício de descontentamento e agravo, por terem membros desta Comissão, sido impedidos de participarem de uma reunião realizada no dia vinte e sete do corrente mês junto à Secretaria da Agricultura do Paraná. Posto em votação. Aprovado. O Sr. Deputado Gernote Kirinus sugere que esta Comissão marque dia e hora para uma entrevista junto ao Governo do Estado. Posto em votação. Aprovado, sendo encaminhado um telex marcando a entrevista. Ficou estabelecido que as notas taquigráficas farão parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e Secretário da Comissão.

(aa) TÉRCIO ALBUQUERQUE — Presidente  
Luiz Douglas Ferreira — Secretário

COMISSÃO PLURIPARTIDÁRIA QUE  
ACOMPANHARÁ O DESENVOLVIMENTO DAS  
NEGOCIAÇÕES ENVOLVENDO A DIREÇÃO  
DA USINA DE ITAIPU E PROPRIETÁRIOS  
DAS TERRAS A SEREM DESAPROPRIADAS  
9ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões, às nove horas e quarenta minutos, sob a presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, reuniu-se a Comissão Pluripartidária para estudar as negociações envolvendo a direção da Usina de Itaipu e proprietários das terras a serem desapropriadas. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Prosseguindo o Sr. Presidente comunica a presença do Sr. José Guilherme L. Cavagnari, Coordenador Regional do INCRA, dizendo que o mesmo veio em razão do Ofício número 10/81, desta Comissão. Usando da palavra, o Sr. José Guilherme diz da sua importância em estar nesta Comissão, pois as terras de Arapoti é um fato concreto, onde três áreas ou módulos dentro da Fazenda poderão ser cedidas aos arrendatários, aos posseiros e pequenos proprietários, totalizando o reassentamento de umas 350 famílias. Outras áreas estamos gerenciando junto ao SPU, como da Fazenda Britânia em Toledo, com 135 hectares; outra em

S. Catarina, onde poderemos colocar trinta e cinco famílias. Falou sobre a programação para Ilha Grande, onde o INCRA e o ITC, integrados por força de um convênio, estão procurando suprimir certos entraves administrativos, para fazer a entrega do título definitivo aos colonos da região e que essa área de Ilha Grande, atinge também parte do Mato Grosso do Sul. O entrave é o Parque Nacional de Sete Quedas, criado através de um Decreto e que hoje perdeu sua finalidade. O Deputado Gernote Kirinus, sugere que se faça um expediente ao IBDF, ao INCRA e ao Ministro da Agricultura, para que gestionem junto ao Governo da União a revogação do Decreto. Posto em Votação. Aprovado. Como nada mais tinha a declarar, o Sr. José Guilherme foi dispensado, e como nada mais houvesse, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e secretário da Comissão.

(aa) TÉRCIO ALBUQUERQUE — Presidente  
Luiz D. Ferreira — Secretário

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9ª LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e um, após a Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros componentes da Comissão da Cultura e Esportes, com o fim específico de proceder sua instalação, bem como a eleição de seus Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel e havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e instalada a Comissão, anunciando em seguida a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivo da referida Comissão. Procedido o sufrágio, verificou-se por unanimidade de votos a eleição do Sr. Deputado Mário Celso para Presidente e do Sr. Deputado David Cheriegate para Vice-Presidente. Ao tomar posse no cargo para o qual fora eleito, o Sr. Deputado Mário Celso agradeceu em seu nome e em nome do seu Vice-Presidente eleito, a honrosa investidura, dizendo do propósito em corresponderem à confiança neles depositada. O Sr. Presidente após determinar que as reuniões ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência, convidou o funcionário Alceu Alves Passos para exercer as funções de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar, eu, Alceu Alves Passos, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Secretário, para que produza os efeitos

legais.

(aa) MÁRIO CELSO — Presidente  
DAVID CHERIEGATE — Vice-Presidente  
Alceu Alves Passos — Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e um, após a Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública para a reunião de instalação. Presentes os Srs. Deputados Fuad Nacli, José Domingos, José Tavares, Mário Celso e Adalberto Daros. Nos termos regimentais, assumiu a Presidência o Sr. Deputado Fuad Nacli. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão de Segurança Pública para a Terceira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. A seguir, o Sr. Deputado Fuad Nacli, disse da necessidade de se proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente do colegiado para o presente ano e, diante dos desempenhos apresentados pelos Srs. Deputados José Tavares e José Domingos durante suas atividades profissionais, o primeiro como Delegado de Polícia em diversos municípios paranaenses, onde sempre se houve de maneira brilhante e revelando dignidade profissional e pessoal, além da atuação no período anterior à frente desta Comissão, fazendo com que a Comissão apresentasse elevado desempenho, constituindo em uma das que se houve com melhor desempenho e, o Sr. Deputado José Domingos, além do seu desempenho em Plenário e neste Colegiado, mas sobretudo, dentro das suas atividades jornalísticas e de repórter especializado em assuntos de segurança pública, apon-tava os nomes dos Deputados José Tavares para Presidente e José Domingos para Vice-Presidente, da Comissão de Segurança Pública, como um preito de justiça. A seguir, o Sr. Deputado Fuad Nacli deixou livre a palavra para quem desejasse fazer uso. A seguir, vários Srs. Deputados presentes fizeram uso da palavra e, após colocada em votação, foi aprovada a proposição do Sr. Deputado Fuad Nacli, o qual, a seguir, proclamou eleitos os Srs. Deputados José Tavares e José Domingos para, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública. A seguir, convidou o Sr. Deputado José Tavares para assumir a Presidência. Assumindo, o Sr. Deputado José Tavares agradeceu em seu nome e em nome do Deputado José Domingos a deferência dos demais Srs. Deputados. Ao final, disse que envidará todos os esforços para a Comissão vir a ter um desempenho superior ao anteriormente apresentado. A seguir, foi

escolhido o funcionário João Alberti Andretta, para exercer as funções de Secretário da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Deputado José Tavares encerrou a presente Sessão, que para os feitos legais, vai assinada pelo Sr. Presidente, Membros e Secretário da Comissão.

(aa) JOSÉ TAVARES — Presidente  
JOSÉ DOMINGOS — Vice-Presidente  
João A. Andretta — Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
NONA LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos treze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, após a Sessão Plenária, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, com o fim específico de proceder sua instalação bem como a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado Fuad Nacli, e havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, comunicando que a presente reunião destinava-se a eleição do Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão, e sua instalação. Procedida a votação, verificou-se a eleição dos Srs. Deputados Paulo Camargo e Túlio Zanchet para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da mesma. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Sr. Deputado Paulo Camargo agradeceu aos nobres Pares pela deferência em presidir tão importante comissão, e em breves palavras, disse do propósito de continuar sempre, e num crescente, evidenciar esforços com vistas à agilização dos trabalhos adstritos a esta Comissão, assumindo o compromisso de tudo fazer para que esta funcione nos moldes do direito e do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Na oportunidade, foi indicado para exercer o cargo de Secretário da referida Comissão, o funcionário Lóris Cordeiro de Barros. Ficou também estabelecido que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar eu, Lóris Cordeiro de Barros, lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputados Membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
TÚLIO ZANCHET — Vice-Presidente  
Lóris Cordeiro de Barros — Secretário  
Fuad Nacli — Membro  
Florisvaldo Palácios — Membro  
Gabriel Sampaio — Membro

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
NONA LEGISLATURA  
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e um, às nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, sob a presidência do Sr. Deputado Antônio Facci e com a presença dos Srs. Deputados Trajano Bastos, Francisco Escorsin, Aguiinaldo Pereira Lima, Lineu Turra, Egon Pudell e Adalberto Daros, bem como demais srs. Deputados, de acordo com a Resolução 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados processos referentes à Movimentação pela Coordenação de Execução de Auxílios Sociais da verba de elementos 3.2.1.0, Subvenções Sociais a Instituições Privadas das contas referentes à verba de Assistência Social prestadas pelos Srs. Deputados, constantes dos protocolados referidos no Ofício da Coordenação, protocolado sob o número 1454, de 12/3/81, Prestação de Contas do Sr. Deputado ADALBERTO DAROS num total de trinta e dois processos. Prestação de contas do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, num total de trinta e sete processos. Prestação de Contas do Sr. ANTÔNIO ROMERO, num total de 14 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, num total de 17 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado ANTÔNIO FACCI, num total de 58 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado BASÍLIO ZANUSSO, num total de 57 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado CARLOS ZANLORENZI, num total de 58 processos. Prestação de contas do Deputado BENEDITO PINTO DIAS, num total de 57 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado CYRO MARTINS, num total de 28 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, num total de 40 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado DAVID FEDERMANN, num total de 27 processos. Prestação de Contas do Sr. Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, num total de 32 processos. Prestação de Contas do Sr. Deputado DARCY DEITOS, num total de 36 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado DAVID CHERIEGATE, num total de 16 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado AUGUSTO CARNEIRO, num total de 40 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado DÁCIO LEONEL, num total de 85 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado EZEQUIAS LOSSO, num total de 37 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado ERONDY SILVÉRIO, num total

de 01 processo. Prestação de contas do Sr. Deputado EDILSON ALENCAR, num total de 28 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, num total de 29 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado FIDELCINO TOLENTINO, num total de 53 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, num total de 41 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado FRANCISCO ESCORSIN, num total de 07 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado FUAD NACLI, num total de 32 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado GABRIEL MANOEL, num total de 22 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado GILBERTO CARVALHO, num total de 47 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado GILBERTO AGIBERT FILHO, num total de 10 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado GERNOTE KIRINUS, num total de 35 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, num total de 23 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, num total de 28 processos. Relator: Deputado EGON PUDELL. Parecer Favorável. APROVADO. Prestação de contas do Sr. Deputado DEL CIEL, num total de 19 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado JOÃO ELÍSIO, num total de 44 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado JOÃO MANSUR, num total de 28 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado JOSÉ DOMINGOS, num total de 23 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado LÁZARO DUMONT, num total de 39 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, num total de 48 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado JOSÉ TAVARES, num total de 35 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado LINEU TURRA, num total de 42 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado GABRIEL SAMPAIO num total de 11 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado LEÔNIDAS CHAVES, num total de 44 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado NESTOR BAPTISTA, num total de 30 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado NILSO SGUAREZI, num total de 37 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado NELTON FRIEDRICH, num total de 33 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado NELSON BUFFARA, num total de 05 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado EGON PUDELL, num total de 49 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado FIORI LUIZ, num total de 25 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado MÁRIO CELSO, num total de 36 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado PAULO CAMARGO, num total de 37 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, num total de 24 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado ROSÁRIO PITELLI,

num total de 39 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado RUBEN VALDUGA, num total de 25 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado RENATO BUENO, num total de 11 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado RENATO BERNARDI, num total de 51 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, num total de 28 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado TRAJANO BASTOS, num total de 32 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado TÚLIO ZANCHET, num total de 34 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado WALDYR PUGLIESI, num total de 28 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado WERNER WANDERER, num total de 32 processos. Prestação de contas do Sr. Deputado WILSON FORTES, num total de 22 processos. Relator, Deputado FRANCISCO ESCORSIN. Parecer Favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, dos quais para constar lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados Membros da Comissão, demais Srs. Deputados, e por mim, Eumênia de Oliveira, Secretária da Comissão.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente  
Eumênia de Oliveira — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Renato Bernardi apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 74/80, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Associação Promocional da Adolescente, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI 85/80, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede em Prudentópolis. PROJETO DE LEI 111/80, de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Marialva, com sede na Cidade de Marialva. PROJETO DE LEI 145/80, de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Associação



das Senhoras de Rotarianos de Faxinal, com sede na Cidade de Faxinal. PROJETO DE LEI 153/80, de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, que declara de utilidade pública a Associação do Deficiente Motor, com sede na cidade de Curitiba. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Renato Bernardi apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 159/80, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Astorga. PROJETO DE LEI 164/80, de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação de Recuperação do Alcoolatra, com sede e foro na cidade de Toledo. PROJETO DE LEI 165/80, de autoria do Deputado Francisco Escor-sin, que declara de utilidade pública o Templo Espí-ritualista João Maria Agostinho, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI 174/80, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional de Mal. Cândido Rondon — FUNDEMAR, com sede e foro na cidade de Mal. Cândido Rondon. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
NONA LEGISLATURA

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Gabriel Sampaio apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 146/80, de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública a União Parlamentar Interestadual, conforme especifica. PROJETO DE LEI 161/80, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, que declara de utilidade pública a Fundação Nossa Senhora do Rocio, com sede e foro nesta Capital. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Gabriel Sampaio apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 117/80, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Grupo Espírita Anna Franco, com sede nesta Capital. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado João Elísio apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 201/79, de autoria dos Deputados Renato Bernardi e Romero Filho, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná à Sua Excelência Reverendíssima Don José Maria Maimone, Bispo Diocesano de Umuarama. PROJETO DE LEI 142/80, de autoria do Deputado José Tavares, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens para assumir, no Poder Executivo, função ou cargo em Comissão, e dá outras providências. PROJETO DE LEI 155/80, de autoria do Deputado Renato Loures Bueno, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel, terreno que especifica, de propriedade do Estado. PROJETO DE LEI 160/80, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, que declara de utilidade pública a Associação Cascavelense de Amigos dos Surdos, com sede na cidade de Cascavel. PROJETO DE LEI 175/80, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Cidade de Pérola. PROJETO DE LEI 176/80, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais — SOS, com sede na Cidade de Pérola. PROJETO DE LEI 06/81, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 12/81, que doa à Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, parte do imóvel denominado "Caieira", situado no Município de Guaratuba, e dá outras providências. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

Aos oito dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, ocasião em que o Sr. Deputado Renato Bernardi apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 181/80, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Grupo Espírita Lins de Vasconcelos, com sede na cidade de Jandaia do Sul. PROJETO DE LEI 191/80, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Bom Samaritano, com sede na cidade de Guaratuba. PROJETO DE LEI 194/80, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão. PROJETO DE LEI 01/81, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Sociedade Columbófila de Curitiba, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI 04/81, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que declara de utilidade pública o Teatro de Comédias Dom Bosco — TECOMBO, com sede na cidade de Cascavel. PROJETO DE LEI 09/81, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários da Junta Comercial do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI 10/81, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi de Guaíra, com sede e foro na cidade de Guaíra. PROJETO DE LEI 14/81, de autoria do Deputado Aírton Cordeiro, que declara de utilidade pública a Associação Representativa dos Usuários Produtores Comerciantes da CEASA de Curitiba — ARUC. PROJETO DE LEI 21/81, de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, que declara de utilidade pública o Clube das Violetas, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
NONA LEGISLATURA

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Renato Bernardi apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 131/80, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que doa ao Município de Primeiro de Maio, terreno que especifica. PROJETO DE LEI 23/81, de autoria do Deputado Ruben Valduga, que declara de utilidade pública o Núcleo Social Evangélico de Londrina —

PROJETO DE RESOLUÇÃO 18/81, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mamborê, com a finalidade de consultar a população sobre a criação do Município de Juranda. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
NONA LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos sete dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceram, com o fim especial de instalar a Comissão de Constituição e Justiça e eleger seu Presidente e Vice-Presidente para a Terceira Sessão Legislativa, os seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Airton Cordeiro, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Renato Bernardi e Waldyr Pugliesi. O Sr. Deputado Paulo Camargo, de conformidade com o artigo 40 do Regimento Interno, assume a presidência da reunião e havendo número legal, declara instalada a Comissão, sendo lido e aprovado o Termo de Ata do dia 24 próximo passado. O Sr. Deputado Gabriel Sampaio solicita a palavra para entregar à Presidência, documento assinado por todos os Membros da Bancada do PDS,

na Comissão, indicando o nome do Deputado Airton Cordeiro para Presidente. O Deputado Deni Schwartz antes que seja apreciada a indicação do nome do Sr. Presidente, faz indicação do nome do Deputado Fidelcino Tolentino para ocupar a Vice-Presidência da Comissão e requer que a votação seja em aberto. O Sr. Presidente Deputado Paulo Camargo, coloca em votação nominal as indicações recebidas, que, por unanimidade, foram aprovadas. Eleitos os Srs. Deputados Airton Cordeiro para Presidente e Fidelcino Tolentino para Vice-Presidente. O Sr. Deputado Paulo Camargo transfere a Presidência ao Deputado Airton Cordeiro, desejando felicidades em seu novo cargo, e cumprimentando também os Membros da Comissão pela escolha de seu novo Presidente. O Sr. Deputado Airton Cordeiro, ao ocupar a Presidência, agradece pela confiança recebida e diz que fará o possível para estabelecer um clima de convivência fraterna entre os partidos, e ao mesmo tempo parabeniza o Deputado Fidelcino Tolentino por sua eleição à Vice-Presidência. O Sr. Deputado Airton Cordeiro coloca-se ainda à disposição dos Srs. Deputados, comprometendo-se a manter a lisura que sempre colocou em sua vida pública. O Sr. Presidente solicita que a Comissão continue se reunindo ordinariamente às quartas-feiras, como é de praxe. Aprovada a sugestão. O Sr. Deputado Fidelcino Tolentino pede a palavra para dizer da surpresa e significância do cargo para o qual fora eleito, e se propõe, quando necessário, atuar como Presidente, a tratar com espírito de isenção em busca de melhor orientação aos destinos dos processos. Agradece à bancada situacionista que também apoiou unanimemente a indicação de seu nome para Vice-Presidente. O Sr. Deputado Airton Cordeiro propõe, antes de encerrar a reunião, que se realize uma reunião extraordinária quarta ou quinta-feira, tendo em vista o grande número de projetos pendentes. O Sr. Deputado Fidelcino Tolentino sugere que a reunião ordinária de quarta-feira seja transferida para quinta-feira. Aprovada a sugestão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos da reunião, confirmando outra para quinta-feira. Lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, para que produza os efeitos legais, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Airton Cordeiro, pelos Srs. Deputados presentes à reunião e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
NONA LEGISLATURA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril do ano de hum mil

novecentos e oitenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Airton Cordeiro e presentes os Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu a reunião sendo aprovada a Ata de Instalação da Comissão. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI 01/81, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Declara de utilidade pública a Sociedade Columbófila de Curitiba. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer Favorável. APROVADO. 2) PROJETO DE LEI 04/81, do Deputado Fidelcino Tolentino. Declara de utilidade Pública o Teatro de Comédias Dom Bosco – TECOMBO, de Cascavel. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer Favorável. APROVADO. 3) PROJETO DE LEI 06/81, do Poder Executivo. Mensagem 12/81. Doa à COHAPAR parte do imóvel denominado "Caieira", situado no Município de Guaratuba. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer Favorável. APROVADO. 4) PROJETO DE LEI 07/81, do Poder Executivo. Mensagem 29/81. Cria cargos em Comissão na Secretaria de Estado da Educação, para comporem o Quadro do Conselho Estadual de Educação. Relator Deputado Jurandir Messias. Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 5) PROJETO DE LEI 09/81, do Deputado Erondy Silvério. Declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários da Junta Comercial do Paraná. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. APROVADO. 6) PROJETO DE LEI 10/81, do Deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi de Guaíra. Relator Deputado Gabriel Sampaio. Parecer Favorável. APROVADO. 7) PROJETO DE LEI 14/81, do Deputado Airton Cordeiro. Declara de utilidade pública a Associação Representativa dos Usuários Produtores Comerciantes da Ceasa de Curitiba. Relator Deputado Jurandir Messias. Parecer Favorável. APROVADO. 8) PROJETO DE LEI 17/81, do Deputado Del Ciel. Revoga o Art. 2o., da Lei 6597, de 23/07/75 (Doação de terreno ao Município de Telêmaco Borba. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Requer seja convertido em diligência junto ao Poder Executivo. DEFERIDO. 9) PROJETO DE LEI 20/81, do Deputado João Elísio. Declara de utilidade pública a Associação de Clubes do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Deni Schwartz. Requer seja convertido em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 10) PROJETO DE LEI 21/81, do Deputado José Domingos Scarpelini. Declara de utilidade pública o Clube das Violetas, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer Favorável. APROVADO. 11) PROJETO DE LEI 22/81, do Deputado Francisco Escorsin, Cria o Distrito Administrativo de Santa Rita D'Oeste, no Município de Terra Roxa. Relator Deputado Deni Schwartz. Requer seja convertido em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 12) PROJETO DE LEI 172/80, do Deputado Mário Celso. Altera a denominação de Escola de Primeiro Grau, do Município de Bocaiúva do Sul. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. APROVADO. 13) PROJETO DE LEI 175/80, do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro em Pérola. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer Favorável. APROVADO. 14) PROJETO DE LEI 176/80, do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais, com sede em Pérola. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer Favorável. APROVADO. 15) PROJETO DE LEI 181/80, do Deputado Gilberto Carvalho. Declara de utilidade pública o Grupo Espírita Lins de Vasconcelos, com sede em Jandaia do Sul. Relator Deputado Jurandir Messias. Parecer Favorável. APROVADO. 16) PROJETO DE LEI 191/80, do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Bom Samaritano, com sede em Guaratuba. Relator Deputado Gabriel Sampaio. Parecer Favorável. APROVADO. 17) PROJETO DE LEI 194/80, do Deputado Deni Schwartz. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, do Município de Francisco Beltrão. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. APROVADO. 18) PROJETO DE LEI 201/79, do Deputado Renato Bernardi. Concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Reverendíssimo Senhor Dom José Maria Maimone, Bispo Diocesano de Umuarama. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. APROVADO. 19) PROJETO DE RESOLUÇÃO 59/80, do Deputado Renato Loures Bueno. Denomina Deputado Domício Scaramella o Gabinete da Segunda Secretaria da Comissão Executiva. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. Voto com restrições do Deputado Basílio Zanusso. APROVADO. 20) PROPOSIÇÃO 75/80, do Poder Executivo. Veto parcial ao Projeto de Lei 96/80. Institui o Plano de Classificação ao Poder Legislativo. Relator Deputado Jurandir Messias. Deferida vista ao Deputado Gabriel Sampaio. 21) PROPOSIÇÃO 28/81, do Poder Executivo. Mensagem 33/81. Indicação do nome do Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Relator Deputado Jurandir Messias. Parecer Favorável. APROVADO. 22) PROPOSIÇÃO 02/81, do Poder Executivo

Mensagem 02/81. Termos de Convênios que especifica. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. APROVADO. 23) PROPOSIÇÃO 09/81, do Poder Executivo. Mensagem 07/81. Termos Aditivos ao ajuste de cooperação com o Município de Iporã. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer Favorável. APROVADO. 24) PROPOSIÇÃO 10/81, do Poder Executivo. Mensagem 08/81. Termos de Convênios que especifica. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. APROVADO. 25) PROPOSIÇÃO 12/81, do Poder Executivo. Mensagem 13/81, Convênio com o Município de Curitiba. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer Favorável. APROVADO. 26) PROPOSIÇÃO 13/81, do Poder Executivo. Mensagem 14/81. Convênios com os Municípios que especifica. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer Favorável. APROVADO. 27) PROPOSIÇÃO 14/81, do Poder Executivo. Mensagem 15/81. Convênios com o Ministério da Indústria e Comércio. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. APROVADO. 28) PROPOSIÇÃO 15/81, do Poder Executivo. Mensagem 16/81. Convênio com o Estado de São Paulo. Relator Deputado Gabriel Sampaio. Parecer Favorável. APROVADO. 29) PROPOSIÇÃO 20/81, do Poder Executivo. Mensagem 21/81. Convênios com os Municípios que especifica. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer Favorável. APROVADO. 30) PROPOSIÇÃO 21/81, do Poder Executivo. Mensagem 22/81. Convênios como especifica. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. APROVADO. 31) PROPOSIÇÃO 23/81, do Poder Executivo. Mensagem 23/81. Convênio com o Município de Cerro Azul. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer Favorável. APROVADO. 32) PROPOSIÇÃO 24/81, do Poder Executivo. Mensagem 25/81. Convênio com o Município de Adrianópolis. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer Favorável. APROVADO. 33) PROPOSIÇÃO 25/81, do Poder Executivo. Mensagem 26/81. Convênio que especifica. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. APROVADO. 34) PROPOSIÇÃO 27/81, do Poder Executivo. Mensagem 28/81. Convênio com o Município de Apucarana. Relator Deputado Jurandir Mesias. Parecer Favorável. APROVADO. Encerrada a Ordem do Dia, o Sr. Deputado Gabriel Sampaio pede a palavra para propor a transformação desta Comissão em foro de debates das reformas eleitorais, para, após discutidas em Comissão, possam ser levadas a Plenário, o que, após discutidas e aprovadas, representem as sugestões da classe política do Paraná, com vistas aos estudos que, em breve, ocorrerão no Congresso Nacional. Deferida a proposição. O Sr. Presidente avisa aos Srs. Deputados que na próxima segunda-feira, dia 12, estará nesta Casa o Sr. Deputado Presidente da CCJ do Estado do Rio Grande do Sul.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, confirmando outra para a próxima quarta-feira, dia quinze do corrente. Lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, para que produza os efeitos legais, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Airton Cordeiro, pelos Srs. Deputados presentes à reunião e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Reuniões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Airton Cordeiro, e presentes os Srs. Deputados membros desta Comissão e demais Srs. Deputados, de acordo com a Resolução 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI 23/81, do Deputado Ruben Valduga. Declara de utilidade pública o Núcleo Social Evangélico de Londrina - NUSELON, com sede em Londrina. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer Favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Airton Cordeiro, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Airton Cordeiro, e presentes os Srs. Deputados Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto Oliveira, David Cheriegate, Paulo Camargo, Ruben Valduga e Waldyr Pugliesi. Havendo número

legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI 02/81, do Deputado Fuad Nacli. Declara de utilidade pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra de Bandeirantes. Relator Deputado Leônidas Chaves. Parecer Favorável. APROVADO. 2) PROJETO DE LEI 03/81, do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Pérola. Relator Deputado Leônidas Chaves. Parecer Favorável. APROVADO. 3) PROJETO DE LEI 08/81, do Poder Executivo. Mensagem 30/81. Dispõe sobre a simbologia dos Cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Prisão Provisória de Curitiba, Colônia Penal Agrícola e Penitenciária Feminina Agrícola, como específica. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. APROVADO. 4) PROJETO DE LEI 16/81, do Poder Executivo. Mensagem 31/81. Dispõe sobre o ICM dos impressos produzidos pela indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor, como específica. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. APROVADO. 5) PROJETO DE LEI 24/81, do Deputado Gabriel Sampaio. Altera o regime de auxílio hospitalar ao servidor e dependentes do IPE. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer Favorável. APROVADO. 6) PROJETO DE LEI 32/80, dos Deputados Werner Wanderer, Tércio Albuquerque e Gernote Kirinus. Cria o Município de Missal, desmembrado do Município de Medianeira, com as divisas que especifica. Relator Deputado Renato Loures Bueno. Deferida vista ao Deputado Luiz Alberto Oliveira. 7) PROJETO DE LEI 38/80, do Deputado Jurandir Messias. Cria o Município de Juranda, como específica. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer Favorável com o Projeto de Resolução. APROVADO. 8) PROJETO DE LEI 131/80, do Deputado Rosário Pitelli. Doa ao Município de Primeiro de Maio o terreno que especifica. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. APROVADO. 9) PROJETO DE LEI 140/80 do Deputado Iázaro Dumont. Proíbe o porte de armas de fogo aos integrantes da Polícia Militar, Civil e Rodoviária, como específica. Relator Deputado Deni Schwartz. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Segurança Pública. DEFERIDO. 10) PROJETO DE LEI 49/79, do Deputado Ezequias Losso. Cria o Município de São Jorge, como específica. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer Favorável, com Projeto de Resolução. APROVADO. 11) PROPOSIÇÃO 05/81, do Poder Executivo. Mensagem 03/81. Convênios com Municípios que especifica. Relator Deputado Gabriel Sampaio. Deferida vista ao Deputado Luiz Alberto Oliveira. 12) PROPOSIÇÃO 06/81, do Poder Executivo. Mensagem 04/81. Termo

Aditivo ao convênio que especifica. Relator Deputado Leônidas Chaves. Parecer Favorável. APROVADO. 13) PROPOSIÇÕES 08/81 a 19/81, do Poder Executivo. Mensagens referentes a convênios que especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer Favorável. APROVADAS. 14) PROPOSIÇÃO 26/81, do Poder Executivo. Convênio que especifica. Relator Deputado Gabriel Sampaio. Parecer Favorável. APROVADA. 15) PROPOSIÇÃO 75/80, do Poder Executivo. Veto parcial ao Projeto de Lei 96/80. Relator Deputado Jurandir Messias. Parecer pelo Arquivamento. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Airton Cordeiro, pelos Srs. Deputados presentes à reunião e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Airton Cordeiro e presentes os Srs. Deputados Membros desta Comissão e demais Srs. Deputados, de acordo com a Resolução 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI 15/81, do Deputado Erondy Silvério. Declara de utilidade pública a Obra Filantrópica das Irmãs Filhas da Cruz, com sede foro em Curitiba. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer Favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, às dezesseis horas, na



Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Airton Cordeiro e presentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Fidelcino Tolentino, Paulo Camargo e Werner Wanderer, e demais Srs. Deputados, de acordo com a Resolução 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu a reunião, ressaltando o motivo da realização desta reunião extraordinária, que é o PROJETO DE LEI 30/81, do Poder Executivo. Mensagem 34/81. Altera dispositivos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado. Relator Deputado Jurandir Messias. Parecer Favorável. APROVADO. Foi também apreciado o PROJETO DE LEI 32/80, dos Deputados Werner Wanderer, Tércio Albuquerque e Gernote Kirinus. Cria o Município de Missal, como especifica. Relator Deputado Renato Loures Bueno. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
NONA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
TERMO DE ATA Nº 02

Aos treze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceram os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Darcy Deitos, Deni Schwartz e Paulo Camargo, especialmente convocados para realizarem a Quinta Reunião Ordinária desta Comissão. Não havendo número legal o Sr. Presidente em exercício, Fidelcino Tolentino, não abriu a reunião, nada ficando decidido. O Sr. Presidente solicitou que fosse lavrado o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO  
Presidente

Rita Soares Bertoli — Secretária